

Aluno: _____
Escola: _____
Data: ____/____/____ Ano de Escolaridade: **Fase VIII**
Professor (a): _____ Disciplina: **História**

Semana 17: 16 a 19 de novembro de 2021

Conteúdo(s) desenvolvido(s): Brasil: a Lei de Terras de 1850 e a questão indígena

Motive-se! Aprenda! Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=ftBqyibhMFg&t=4s>

Brasil: a Lei de Terras e a questão indígena

Lei de Terras

No ano em que o comércio internacional de escravizados foi extinto (1850), também foi aprovada a Lei de Terras. Com essa lei, ficou estabelecido que, para se adquirir uma propriedade, era preciso comprá-la do Estado ou de um particular. Esse ato jurídico gerava uma escritura de compra que deveria ser assinada nos Cartórios de Registro de Imóveis. Além da compra, era possível adquirir propriedades através da posse prolongada, chamada de usucapião. Pela usucapião, aquele que comprovasse a posse de um terreno há dez anos ou mais poderia adquirir a propriedade. A partir dessa lei, a terra passou a ser comprada e vendida por preços mais elevados. Na prática, as famílias pobres não tinham dinheiro para contratar advogados e provar sua posse pelo usucapião, ainda que várias gerações vivessem no mesmo lugar. Em consequência, a Lei de Terras preservou o patrimônio dos antigos fazendeiros, impedindo que grupos mais pobres se tornassem proprietários rurais. Isso aconteceu no momento em que se iniciava a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. Além disso, os imigrantes que chegavam ao país tinham dificuldade para comprar terras. Por isso, trabalhavam como assalariados nas fazendas.

A questão indígena

A Lei de Terras veio regular a questão da propriedade. A lei exigia que todas as pessoas, inclusive os povos indígenas, provassem o direito de propriedade sobre as áreas onde viviam. Como os indígenas nunca foram aos cartórios legalizar a posse ou a propriedade das terras que lhes pertenciam, a lei os prejudicou ainda mais. Apenas um artigo da Lei de Terras afirmava o direito dos indígenas ao território de suas aldeias. Mas ele não foi cumprido, e o processo de expropriação das terras indígenas avançou de maneira violenta.

ATIVIDADES

- 1-** O que a Lei de Terras, aprovada em 1850, estabelecia? _____

- 2-** Além da compra, qual era a outra forma possível de se adquirir propriedades? _____

- 3-** Qual foi a principal consequência da Lei de Terras? _____

- 4-** É correto afirmar que a Lei de Terras prejudicou ainda mais a situação dos indígenas? Justifique. _____
